

Secretaria de Estado da Saúde do Piauí

SESAPI

Técnico em Enfermagem

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ ORTOGRAFIA OFICIAL E ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	9
■ PONTUAÇÃO	10
■ MORFOSSINTAXE	14
FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	14
PROCESSO DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO.....	20
PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	21
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	24
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	26
■ CLASSES DE PALAVRAS	32
PRONOMES: EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO.....	39
TEMPOS E MODOS VERBAIS.....	42
Vozes do Verbo	45
■ REDAÇÃO (CONFRONTO E RECONHECIMENTO DE FRASES CORRETAS E INCORRETAS)	49
■ DISCURSO DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE.....	50
■ COERÊNCIA ARGUMENTATIVA E ELEMENTOS DE COESÃO TEXTUAL: REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO	52
■ CONECTORES E OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL	57
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO	58
■ GÊNEROS TEXTUAIS	61
■ FIGURAS DE LINGUAGEM	67
■ VÍCIOS DE LINGUAGEM.....	71
■ ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM AO TIPO DE DOCUMENTO E NÍVEIS DE LINGUAGEM	73
■ PROPRIEDADE VOCABULAR	75
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	87

■	ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS.....	87
	DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES.....	88
■	COMPREENSÃO E ELABORAÇÃO DA LÓGICA DAS SITUAÇÕES: FORMAÇÃO DE CONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS	88
	RACIOCÍNIO VERBAL	88
	RACIOCÍNIO MATEMÁTICO	89
	RACIOCÍNIO SEQUENCIAL.....	89
	ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL	89
■	COMPREENSÃO DO PROCESSO LÓGICO QUE, A PARTIR DE UM CONJUNTO DE HIPÓTESES, CONDUZ, DE FORMA VÁLIDA, A CONCLUSÕES DETERMINADAS.....	89
■	NOÇÕES BÁSICAS DE ARITMÉTICA, PROPORCIONALIDADE E PORCENTAGEM.....	90
	PROBLEMAS ENVOLVENDO REGRA DE TRÊS SIMPLES	94
	CÁLCULOS DE PORCENTAGEM.....	95
	ACRÉSCIMOS E DESCONTOS.....	97
	CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ	101
■	HISTÓRIA E CULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ.....	101
■	GEOGRAFIA, ÉTICA, POLÍTICA E ECONOMIA DO ESTADO DO PIAUÍ.....	111
	CONHECIMENTOS GERAIS.....	133
■	CONHECIMENTOS SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) E LEGISLAÇÃO.....	133
	LEI ORGÂNICA DA SAÚDE: LEIS Nº 8.080/1990 E Nº 8.142/1990.....	133
	Princípios e Diretrizes do SUS: Universalidade, Equidade, Integralidade, Regionalização e Hierarquização	133
	Das Disposições Finais e Transitórias.....	153
■	BASES LEGAIS: CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ARTIGOS 196 A 200).....	156
■	DECRETO Nº 7508/2011	160
■	LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2012	167
■	PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017	172
■	PNAE: PORTARIA GM/MS Nº 1.604, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023	180

.....

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	197
■ ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS QUE FUNDAMENTAM A PRÁTICA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM.....	197
■ CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL	203
■ SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM	216
■ TÉCNICAS BÁSICAS DE ENFERMAGEM.....	216
■ NOÇÕES DE FARMACOLOGIA: PRINCIPAIS DROGAS E INDICAÇÕES; CÁLCULO DE MEDICAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EFEITOS COLATERAIS	226
■ CLASSIFICAÇÃO DE ARTIGOS E SUPERFÍCIES HOSPITALARES APLICANDO CONHECIMENTOS DE DESINFECÇÃO, LIMPEZA, PREPARO E ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAL	248
■ BIOSSEGURANÇA EM SAÚDE.....	258
■ EDUCAÇÃO EM SAÚDE.....	261
■ HUMANIZAÇÃO NO CUIDADO DO PACIENTE/CLIENTE.....	261
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRANSPORTE E REMOÇÃO DO PACIENTE.....	262
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM AGRAVOS CLÍNICOS E CIRÚRGICOS	268
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL	272
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.....	275
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS.....	275
■ PROGRAMAS DE SAÚDE E PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO	284
■ PREPARAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS E OUTROS PROCEDIMENTOS	294
■ NOÇÕES BÁSICAS SOBRE AS PRINCIPAIS DOENÇAS DE INTERESSE PARA A SAÚDE PÚBLICA	298
■ GERENCIAMENTO DE INSUMOS	303

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

HISTÓRIA E CULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ

PERÍODO COLONIAL: A CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ

Durante o período colonial, portugueses exploraram o território brasileiro a partir do estabelecimento das denominadas capitanias hereditárias, extensões de terras repartidas com a finalidade de facilitar a administração e a exploração da “América Portuguesa”.

Inicialmente, em 1543, foram estabelecidas por intermédio de dom João III, rei de Portugal, 14 capitanias hereditárias. Eram elas as capitanias do Maranhão — dividida em duas —, do Rio Grande, do Siará — hoje, Ceará —, Espírito Santo, São Vicente, Ilhéus, São Tomé, Santo Amaro, Pernambuco, Itamaracá, Santana, Porto Seguro e Baía de Todos os Santos.

Ao longo dos séculos seguintes, a capitania do Maranhão sofreu vários desmembramentos, dando origem a novas capitanias, como a capitania do Grão-Pará, do Xingu, do Cameté, do Cabo Norte, entre outras. Entre os anos de 1635 e 1714, as terras do atual estado do Piauí estavam sujeitas à autoridade ora de Pernambuco, ora da Bahia.

Em 1718, por meio de um decreto real, a jurisdição do território passou a pertencer à capitania do Maranhão e Grão-Pará. Em meados do século XVIII, uma política de reestruturação do estado português no Brasil foi promovida pelo marquês de Pombal, e seu objetivo principal era tornar a administração colonial mais eficaz.

Para isso, foram estabelecidos novos órgãos fiscais e foram criadas capitanias novas, numa abordagem concreta para controlar o poder da região do Meio-Norte do Brasil, que até então estava sujeita ao autoritarismo dos proprietários de terras. Em 1758, dom José I instituiu a capitania de São José do Piauí, sendo João Pereira Caldas seu primeiro governador.

FORMAÇÃO TERRITORIAL

Por formação territorial compreende-se o processo histórico de delimitação e desenvolvimento de uma determinada área geográfica, considerando sua aquisição e organização de terras, sua definição de fronteiras e administração política. Tal processo pode conter características como a colonização, migração, conquista e acordos diplomáticos, culminando na configuração atual de um território e em sua identidade. Neste material será abordada a construção histórica, ao decorrer de 400 anos, do estado do Piauí.

Processo de Formação Territorial

No século XVI, várias expedições percorreram o território do que atualmente é o Piauí, todavia, tais expedições eram passageiras, objetivando a migração entre Pernambuco e Maranhão. Foi apenas no século seguinte, XVII, que a colonização da região se tornou mais intensa, com a chegada de bandeirantes paulistas e fazendeiros baianos.

A ocupação do território piauiense decorreu da expansão pecuária, pelas condições mais propícias oferecidas pelo território se comparado com os sertões da Bahia. Dentre os fatores que se destacavam nas terras do Piauí, estão:

- a disponibilidade de terras, que foram distribuídas em grandes propriedades, sendo a maioria delas com acesso a cursos d’água e pastagens naturais perenes;
- um regime de chuvas mais abundantes e mais bem distribuído ao longo do ano;
- a facilidade de instalação das fazendas, para as quais eram necessários poucos recursos, tanto em termos de equipamentos quanto de mão de obra, uma vez que um número reduzido de pessoas era suficiente para operar com sucesso uma fazenda de criação de gado.

Até o século XVII, o Piauí era legalmente considerado “sem dono”. A partir das primeiras expedições, que começaram a explorar a região, concessões de sesmarias foram feitas. Elas eram concedidas por autoridades governamentais da Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão.

As Sesmarias

As terras do Piauí foram distribuídas em sesmarias, negligentemente, para indivíduos ricos e influentes que residiam no litoral, que as obtinha sem nenhum real esforço, mediante apenas solicitação. Para melhor compreendermos o processo de colonização do território piauiense, precisamos entender a estreita relação entre a colonização e a conquista de terras promovida pela Casa da Torre.

A Casa da Torre era uma instituição estabelecida e administrada pela família Ávila, originária da Bahia, com o propósito de financiar ações que capturavam indígenas e tomavam terras para a pecuária. Ao chegarem nas novas terras, a família Ávila as requisitava por meio das sesmarias, que normalmente abrangiam extensões de 10 a 12 léguas quadradas cada uma (Alves, 2003).

Como não tinham a capacidade de ocupar todas essas terras com o gado que possuíam, eles geralmente as distribuíam — frequentemente em lotes de uma légua — para os arrendatários dispostos a se aventurar na ocupação dessas áreas. Um dos arrendatários da família Ávila era o bandeirante português Domingos Afonso Mafrense, também conhecido como Domingos Afonso Sertão, responsável por liderar uma das expedições de penetração nos sertões do Piauí, tornando-se um dos primeiros colonizadores da região.

No início da década de 1670, Mafrense estabeleceu sua presença no vale do Rio Canindé e, a partir desse ponto, expandiu-se para abranger aproximadamente metade do futuro território piauiense. Fundou cerca de 30 fazendas de gado, a maioria delas situada às

margens dos rios Canindé e Piauí, confiando a administração delas aos vaqueiros (Alves, 2003). Esse período marcou o início do processo de povoamento do Piauí, no qual a atividade pecuária se tornou o modelo predominante de ocupação territorial.

De acordo com alguns registros, pouco antes da chegada de Mafrense ao Piauí, um grupo liderado pelo bandeirante paulista Domingos Jorge Velho já havia adentrado àquelas terras, rumando para o Quilombo dos Palmares. Eles também solicitaram concessões de sesmarias em território piauiense. Há controvérsia sobre qual dos dois teria sido o primeiro colonizador do Piauí. O que se sabe, com certeza, é que ambos adquiriram vastas extensões de terra e estavam envolvidos na exploração da população indígena.

Os sesmeiros tinham o direito de escravizar indígenas e explorar a terra de forma indiscriminada. Eles podiam, ainda, ampliar seus domínios muito além do que estava estipulado na doação sem enfrentar consequências, por meio de procuradores que ocupavam posições de autoridade e agiam de forma arbitrária a beneficiá-los.

Para tentar resolver os problemas de posse de terras no Piauí envolvendo sesmeiros, indígenas e posseiros, a Coroa portuguesa emitiu uma carta régia em 1774, estabelecendo que as terras concedidas em sesmarias deveriam ter o limite de apenas três léguas. No entanto, isso não impediu a formação de latifúndios. Somente em 1795, por meio de um alvará do rei dom João VI, foi possível regularizar, até certo ponto, o problema das concessões de terras (Castro, 2006).

Dica

A palavra “piauí”, que dá nome ao estado, é formada pela combinação de dois elementos tupis: “pi”, que significa “rio” e “ai”, que indica “dali” ou “daqui”. “Piauí” pode ser traduzido como “rio daqui” ou “rio deste lado”

POVOS INDÍGENAS

No início do processo de colonização do território que viria a se tornar o estado do Piauí, os rios da região abrigavam uma grande variedade de populações indígenas. No Rio Parnaíba, encontravam-se grupos como os aroachizes, carapotangas, aroaquanguiras, precatís, cupequacas, cupicheres, aranhís, corerás, ayitetus, abetiras, beirtês, goaras, nongazes e tremembés. O rio Gurguéia era habitado pelos acroás, rodeleiros, beíquidos, bocoreimas, corsiás e lanceiros.

Os anicuás viviam no Rio Preto, enquanto a Serra de Ibiapaba era habitada pelos anassus e alongás. Os aruás residiam no Riacho São Vitor, e, na Serra do Araripe, encontravam-se os ubatês, meatans, jendois, ycos e uriús. Os arayês e acumês habitavam as cabeceiras do Piauí, enquanto os goaratizes estavam nas cabeceiras do Canindé. Nesse mesmo rio, viviam os cupinharôz, que eram considerados uma ameaça significativa para a população local (Lima, 2020).

Para estabelecer controle sobre esses territórios indígenas, os colonos da região empregaram duas políticas indigenistas: as guerras justas, que eram declaradas oficialmente contra indígenas, considerados inimigos, e os descimentos indígenas, que eram direcionados as populações nativas aliadas.

As guerras justas foram estipuladas por lei mediante a carta régia de 1655, que apontava os motivos que

justificariam ações militares contra povos indígenas, sendo eles:

- Obstrução da pregação do evangelho: as populações indígenas que se negassem a serem catequizadas por missionários cristãos se tornavam passíveis de hostilidades;
- Ataques contra súditos do rei: no caso de colonos serem atacados pelos povos nativos, uma justificativa legal era criada para a violência contra indígenas ser perpetrada, ainda que na prática a violência inicial tivesse ocorrido por meio da invasão do território, anteriormente indígena;
- Quebra de acordos de paz e amizade anteriormente firmados.

As guerras justas eram ainda divididas em duas categorias: guerra justa defensiva e guerra justa ofensiva. Nas denominadas guerras justas defensivas, o governador tinha autorização para combater indígenas que efetivamente atacassem os portugueses ou impedissem a pregação do evangelho e o movimento dos colonos no interior. Já as guerras justas ofensivas, só poderiam ser empreendidas se houvesse uma ameaça comprovada de ataque às povoações coloniais e com a autorização da coroa. Ambas deveriam ser devidamente justificadas perante o rei com base em relatórios anuais enviados pelo governador.

Os descimentos configuravam uma política estabelecida pelo Regimento de Tomé de Souza, de 1548, e consistiam em acordos firmados entre grupos indígenas e missionários. Por meio destes acordos, os indígenas concordavam em deixar suas terras e serem convertidos ao cristianismo por religiosos em aldeamentos próximos às vilas portuguesas. Além da catequese, os indígenas descidos trabalhavam para os colonos em troca de remuneração mensal por um período determinado.

A expansão colonial na região se deu através de confrontos armados e de guerras contra as comunidades nativas, objetivando assegurar aos colonizadores a posse das terras usurpadas e a expansão pecuária. Oscilando entre a condição de inimigo e aliado, as populações indígenas resistiram de todos os modos que lhes foram possíveis às investidas portuguesas.

Atenção! A diversidade de populações indígenas na região era tanta que, em 1694, o padre Miguel de Carvalho, ao visitar as fazendas de gado do Piauí, registrou cerca de 36 grupos indígenas em guerra com os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Vitória (Silva, 2020).

ORGANIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS

O primeiro governador da capitania, João Pereira Caldas, estabeleceu a criação de diversos órgãos administrativos, imprescindíveis para uma capitania. Foram eles:

- **Secretaria de Governo:** desempenhava papel central na comunicação entre as autoridades coloniais e a metrópole, gerenciando correspondências e relatórios e auxiliando na organização e implementação de políticas, regulamentos e decisões das autoridades coloniais, contribuindo, assim, para o controle da colônia pelos portugueses;
- **Secretaria da Provedoria Real da Fazenda:** controlava as finanças públicas da colônia,

desempenhando papel fundamental na arrecadação de impostos, no registro e na gestão das receitas e despesas coloniais, bem como na fiscalização das atividades econômicas;

- **Secretaria do Almoxarifado:** era responsável pelo gerenciamento e controle das mercadorias, bens e recursos armazenados e utilizados pelo governo colonial, concentrando-se na administração de estoques, materiais e equipamentos necessários para as atividades governamentais e militares na colônia;
- **Forças Regulares:** eram as tropas militares sob o domínio português, estabelecidas nas capitânicas da colônia. Compostas por soldados regulares, tinham a responsabilidade de manter a ordem, proteger as fronteiras coloniais, defender o território contra ameaças externas e auxiliar no controle interno.

Além disso, Caldas foi o responsável pela instauração de um sistema de correio para a correspondência oficial e pela construção dos primeiros edifícios públicos. Os demais governadores da capitania, durante o período colonial, foram Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos e Elias José Ribeiro de Carvalho.

Gonçalo Lourenço Botelho de Castro teve uma administração marcada, principalmente, pela incorporação dos bens confiscados dos jesuítas à Coroa Real e pela criação da Missão de São Gonçalo do Amarante. Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, em sua administração, construiu escolas em Oeiras, Parnaíba e Campo Maior, estabeleceu uma alfândega em Parnaíba e organizou tropas de linha e artilharia, enquanto Elias José Ribeiro de Carvalho criou um sistema de correios com o Maranhão, estabeleceu uma Vara de Juiz de Fora em Oeiras e enfrentou um plano revolucionário para derrubar seu governo (Castro, 2006).

I ECONOMIA E SOCIEDADE

O processo de colonização do Piauí resultou na extinção de diversas culturas indígenas e na criação de uma organização social, política e econômica que seguia o modelo mercantilista baseado no escravagismo. A população da capitania, na fase inicial de colonização, era composta majoritariamente por homens, a maioria deles analfabetos, sendo indígenas, negros, mestiços e brancos.

A base estrutural da sociedade piauiense no período colonial era predominantemente rural, cabendo principalmente aos escravizados a responsabilidade pelo trabalho na área de pastoreio. Conforme registros sobre a população residente em fazendas e sítios do Piauí no final do século XVII, escravizados predominavam entre a população, representando 64,51% da população total da região. Negros compunham 74,28% desse grupo, enquanto indígenas representavam 22,85%.

Nos séculos XVII e XVIII praticamente não havia vida urbana na capitania. A única vila que existia na região era a de Mocha, e se encontrava em condições precárias. Somente em 1762, com o estabelecimento da estrutura política e administrativa, a vila de Mocha foi elevada ao status de cidade e tornou-se a capital da Capitania, com o nome de Oeiras.

Nesse mesmo período, várias freguesias, incluindo Valença, Marvão, Campo Maior, Parnaíba, Jerumenha e Parnaguá, foram elevadas à categoria de vilas. Essa decisão da Coroa tinha como objetivo corrigir a dispersão da população, consolidar o domínio colonial e centralizar o poder político. Entretanto, a medida não produziu os resultados desejados, pois a tendência ao grande latifúndio e a baixa taxa de urbanização persistiam, devido à prática da criação de gado.

A predominância da criação extensiva de gado resultou em uma economia direcionada principalmente para atender as demandas internas da colônia, em detrimento do crescimento da agricultura de subsistência. A infraestrutura comercial no Piauí era carente, resultado das condições climáticas desafiadoras, distribuição demográfica da população, escassez de moeda em circulação, concentração de estabelecimentos comerciais em poucas mãos e um nível técnico limitado na produção agrícola (Queiroz, 2006).

Esses fatores explicam por que a agricultura destinada ao mercado local e ao consumo interno predominou na região. Dentro desse contexto, dois produtos agrícolas que ainda mantiveram alguma relevância foram o açúcar e o fumo, apesar do cenário de estagnação na economia.

Atenção! No período colonial, durante a fase de expansão pecuária pelo interior nordestino, o curral era um estabelecimento itinerante, uma vez que para montar uma fazenda era necessário possuir o título da terra (Barbosa, 1993).

I A ESCRAVIDÃO NA CAPITANIA

Por escravidão compreende-se um sistema social, econômico e legal que normalizava a transformação de indivíduos em propriedade. A escravidão ocorrida durante a Idade Moderna, que discutimos aqui, é chamada pela historiografia de escravidão moderna, devido ao tempo histórico em que ocorreu, entre os séculos XV ao XVIII.

Na escravidão moderna, diferentemente da escravidão presente na Antiguidade ou na servidão da Idade Média, a raça era um elemento central, que validava e justificava a sua prática, caracterizada pela perda total de liberdade e pelo trabalho forçado, muitas vezes em condições desumanas, sem remuneração. Os indivíduos eram frequentemente sujeitados a tratamentos brutais e com apagamento de suas histórias e ancestralidade.

No Brasil Colonial, ocorreu a consolidação da ideologia da escravidão, institucionalizada de maneira abrangente nos âmbitos político, legal e religioso. A partir do século XVIII, a mão de obra escravizada — composta por indígenas, negros e mestiços — passou a ser utilizada para finalidades econômicas nas unidades de produção da capitania do Piauí, sujeitando-se às mesmas condições severas que caracterizavam o sistema escravagista colonial brasileiro, incluindo a presença de violência, arbitrariedade, coerção e abusos físicos e emocionais.

A Escravidão Indígena

A presença da escravidão no Piauí remonta aos primeiros estágios da colonização da região, sendo os indígenas os primeiros escravizados em terras brasileiras. Os sertanistas contratados no processo de expansão territorial da região desempenharam

explicitamente o papel de caçadores de indígenas. A ação dos bandeirantes contra as populações nativas do Piauí representou a primeira fase no processo de expansão dos currais de gado, uma vez que envolvia a expulsão e a eliminação das populações que viviam no território.

Essa prática também serviu para subjugar os nativos sobreviventes do conflito, submetendo-os à condição de escravizados. Alguns desses indígenas ficavam sob o controle dos próprios conquistadores, sendo utilizados como força militar nas expedições de conquista ou empregados na agricultura de subsistência que se desenvolvia nos acampamentos dos bandeirantes, a outra parte dos indígenas era comercializada nas demais regiões coloniais.

Os indígenas capturados eram chamados de “peças do sertão” e costumavam ser procurados principalmente pelos colonos de baixa renda. Quando os criadores de gado avançaram para o sertão do Piauí, adotaram uma abordagem semelhante à dos bandeirantes. Participando de expedições, tanto oficiais quanto privadas, também perseguiram os indígenas.

O comércio de escravizados indígenas provenientes do sertão era altamente lucrativo e contava com a aprovação das autoridades da época, tendo, na legislação que regulamentava as ações militares contra os indígenas nativos, artigos que tratavam da venda dos indígenas capturados. A legislação determinava que essa negociação deveria ocorrer em locais públicos e ser vendida ao maior lance. Uma das obrigações que recaía sobre esses leilões era a quitação do tributo da Fazenda Real.

Escravidão Negra na Capitania

A prática da escravidão envolvendo africanos e seus descendentes perdurou no Piauí desde o estabelecimento dos primeiros currais até o ano de 1888, quando o regime escravista foi oficialmente abolido no Brasil. Este registro é corroborado por um dos primeiros colonizadores das regiões interioranas do Piauí, Domingos Afonso Mafrense, conforme evidenciado em seu Testamento datado de 1711.

Conforme registros, entre os africanos escravizados, os grupos étnicos bantos e sudaneses eram os mais prevalentes. Entre aqueles cuja origem era conhecida, os provenientes de Angola predominavam, seguidos pelos que vinham de Minas, Benguela, Guiné, Congo e Gegê. Além disso, os moçambiques, rebolos e cassanges também eram identificados entre os cativos listados.

No entanto, havia também aqueles que eram simplesmente referidos como provenientes da “Costa” ou da “África”, sugerindo que esses africanos provavelmente desembarcaram nos portos da Bahia e do Maranhão. A maioria dos escravizados africanos do Piauí eram adquiridos na Bahia, já que Salvador era o principal porto para os navios negreiros no Nordeste, e a capitania do Piauí representava um mercado fundamental para o gado proveniente da região (Brandão, 2014).

No que se refere à participação desses escravizados na economia do Piauí, seu trabalho não se limitava apenas ao manejo do gado nas áreas rurais e nos currais, bem como ao transporte de boiadas para as feiras, mas atuavam também na agricultura de subsistência realizada nas plantações, na construção da infraestrutura das fazendas e sítios e nas mais diversas áreas. Foi principalmente nas fazendas que o trabalho

escravizado foi amplamente empregado. A manutenção e construção da infraestrutura dessas unidades de produção demandavam um trabalho constante.

OCUPAÇÃO	ESCRAVIZADOS	%
Sem profissão	637	20,7%
Serviços domésticos	448	14,57%
Lavradores	1811	58,9%
Costureiras	163	10,7%
Pedreiro	2	0,12%
Carpinteiro/Marceneiro	2	0,12%
Ferreiro	4	0,25%
Sapateiro	2	0,12%

Ocupações de escravizados negros em Teresina/PI.

A força de trabalho escravizada, devido à sua disponibilidade contínua, desempenhou um papel fundamental na edificação e preservação de reservatórios de água, cercas, currais e edifícios, que poderiam servir tanto como residências quanto para a instalação de fábricas de farinha. Além disso, faziam parte das instalações as engenhocas nas quais produtos como rapadura e cachaça eram produzidos.

No que diz respeito aos escravizados nascidos no Brasil, é possível afirmar que, ao longo do século XVIII, eles se tornaram numericamente mais significativos. De fato, o aumento da população mestiça foi uma característica marcante da demografia piauiense do século XVIII, conforme atestam os censos da época.

Visando garantir a disponibilidade de um número adequado de escravizados para atender à demanda, fazendeiros e missionários da Companhia de Jesus, que eram proprietários de fazendas, adotaram como estratégia a promoção de casamentos, tanto legais quanto informais, entre os escravizados dentro das instalações dessas unidades de produção. Assim, gerariam filhos, que, nascendo sob a condição de escravizados, constituiriam em patrimônio dos senhores.

Dica

Os escravizados, ao fugirem, normalmente optavam pelas áreas urbanas, devido à oportunidade de melhor se disfarçarem. Para se esconderem entre a população livre, muitos escravizados se vestiam com as roupas de seus senhores, com o propósito de evitarem ser reconhecidos e capturados (Sousa, 2014).

PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Para compreendermos como ocorreu o processo de independência na capitania de São José do Piauí, dois elementos são essenciais. O primeiro é a relevância dessa região para a preservação do domínio colonial português na América. O Piauí era importante via de comunicação com várias regiões do país, conectando-se ao Nordeste através do Rio Parnaíba e estabelecendo ligações com o Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil.

A Coroa portuguesa buscava manter o controle sobre o Norte do Brasil, após perceberem que a independência da antiga colônia brasileira era irreversível. O Norte do Brasil representava, na prática, um outro território colonial para Portugal, considerando sua distância das demais capitânicas. Durante o processo de independência, o Maranhão e o Piauí ainda estavam completamente desconectados do restante do Brasil, com um comércio voltado diretamente para a metrópole portuguesa, e, portanto, sendo realizado com maior facilidade e rapidez.

O segundo elemento essencial é a intensa mobilização política, social e militar, que desempenhou um papel fundamental na formação do discurso nacional, desenvolvida nos anos subsequentes. No Piauí, o processo de consolidação da independência envolveu uma intensa ação militar para expulsar os portugueses, sendo necessária uma participação ativa dos segmentos populares da sociedade da capitania.

Esses segmentos foram persuadidos pelo discurso nacionalista, liderado em grande parte por setores da elite local, objetivando instituir um exército de libertação. Foi essencial criar uma narrativa de identidade nacional para que a população menos privilegiada tivesse interesse em compor um exército patriótico.

Em 1821, o cenário político no Piauí se encontrava altamente instável. A província estava sob o governo de uma Junta Governativa desde 7 de abril, em conformidade com o Decreto das Cortes de Lisboa, datado de 29 de setembro de 1820. Contudo, o ambiente era permeado por incertezas e inseguranças. A possibilidade de um levante era iminente, em grande parte devido às influências das notícias provenientes da Bahia, Pernambuco, Ceará e regiões do Sul.

As principais vilas do Piauí, Campo Maior e Parnaíba, estavam agitadas devido à circulação de jornais que convocavam o povo a se rebelar contra os portugueses. Surpreendentemente, até mesmo o juiz de Parnaíba, João Cândido de Jesus e Silva — inicialmente incentivado pelas autoridades portuguesas a iniciar uma investigação sobre os acontecimentos —, acabou aderindo à causa da independência.

Ainda em 1821, a Coroa portuguesa exigiu que a colônia prestasse juramento à constituição portuguesa, e o governador das armas, José da Cunha Fidié, chegou ao Piauí para implementar essa ordem. O governo português enviou armas e munições ao Piauí e estava determinado a manter a região sob seu controle. Nesse contexto, deu-se a principal batalha entre os movimentos pró independência do Brasil: a Batalha de Jenipapo.

Batalha do Jenipapo

A Batalha do Jenipapo foi um conflito armado que ocorreu em 13 de março de 1823, no Piauí, às margens do Riacho Jenipapo, durante o processo de independência do Brasil. O embate envolveu, de um lado, forças legalistas leais ao Império Brasileiro, comandadas pelo major João José da Cunha Fidié, e, do outro, rebeldes piauienses, liderados por figuras como Simplicio Dias da Silva e João Cândido de Deus e Silva, conhecidos como os “ultraliberais de Parnaíba”.

As forças piauienses, compostas principalmente por voluntários e sertanejos locais, tinham armamento improvisado, como facões, chuços, ferrões, machados, foices e até paus tostados usados como lanças, enquanto as tropas portuguesas eram bem armadas,

disciplinadas e lideradas pelo major João José da Cunha Fidié.

Embora as forças rebeldes fossem numericamente maiores, a superioridade militar das tropas portuguesas resultou em sua vitória no campo de batalha, causando grande número de mortos e feridos entre os brasileiros. A batalha foi marcada por uma luta intensa e violenta, resultando na vitória das forças imperiais e na repressão dos rebeldes.

Apesar da vitória das tropas portuguesas, a ação resultou na perda de grande parte de seu material bélico, incluindo ordens de comando, despachos e uma quantia considerável de dinheiro, que caiu nas mãos dos rebeldes e enfraqueceu a posição das tropas imperiais na região.

A luta pela independência continuou, com as forças independentes adotando táticas de guerrilha que levaram à derrota das tropas portuguesas e à adesão gradual das vilas do Piauí e do Maranhão à independência do Brasil.

PERÍODO IMPERIAL: A PROVÍNCIA DO PIAUÍ

Com a proclamação da independência do Brasil em 1822, o Piauí passou a integrar as províncias do recém-criado Império Brasileiro. Essa transição acarretou em alterações de natureza política, econômica e social na região. A mudança do período colonial para o imperial não se traduziu imediatamente em transformações significativas na estrutura social, política e econômica do Piauí. No entanto, já se vislumbrava alguns indícios dessas mudanças em desenvolvimento.

No início do século XIX, não havia uma clara noção de identidade nacional na América do Sul, mesmo que houvesse uma identidade territorial. O único vínculo de unidade territorial era a manutenção da base econômica mercantil escravagista. Após a independência, o regime monárquico foi mantido, e o herdeiro do trono português se tornou imperador do Brasil. A estrutura econômica permaneceu a mesma, com a manutenção do sistema escravagista e uma sociedade dividida, caracterizada por acentuada discriminação social.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA CORTE

O começo do período imperial no Piauí foi assinalado por instabilidades políticas intensas, refletindo o cenário político tumultuado que caracterizava todo o país. A falta de coesão entre as diversas regiões e as consequências de um processo de independência restrito, que ocorreu sem ampla participação popular e sem o reconhecimento de algumas províncias, desencadearam reações significativas contra o governo de dom Pedro I. Essas tensões se agravaram após a promulgação da constituição outorgada de 1824, que se destacou por seu autoritarismo.

Dom Pedro I, prevendo a possibilidade de reações, nomeou interventores para várias províncias, incluindo o Piauí. O imperador nomeou para o novo governo provisório Manoel de Sousa Martins, que ficou encarregado de manter a paz e a ordem na província. Porém, as vilas que outrora, durante o processo de independência, estavam sediciosas e favoráveis ao império, no ano de 1824 encontravam-se dispostas para aderir ao ideal republicano conclamada em Recife.

Enquanto as províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba se rebelaram e formaram a Confederação do Equador em 1824, o Piauí teve uma